

## ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 19, 20 e 21/10/2010

Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, no Auditório do Ministério das Cidades, situado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco H, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a vigésima sexta reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 106 conselheiros, sendo 64 titulares, 40 suplentes e 02 observadores, conforme Anexo I. Os titulares foram representados por 09 conselheiros do Poder Público Federal, 03 conselheiros do Poder Público Estadual, 09 conselheiros do Poder Público Municipal, 20 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 07 conselheiros das Entidades Empresariais, 07 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 07 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 02 conselheiros das Organizações Não Governamentais. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Elcione Diniz Macedo, saudou a todos e deu início à 26ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades. Propôs um acréscimo na pauta – deliberação sobre a composição do próximo mandato do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social. Em seguida solicitou que fosse imediatamente iniciado o primeiro ponto de pauta. 1. Tema de Conjuntura – Desastres naturais nos estados e a PNDU: Causas e consequências. **O Sr. João de Deus Medeiros, Diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente proferiu palestra a respeito do novo Código Florestal e suas implicações sobre as áreas urbanas. Ao fim, o Secretário-Executivo agradeceu a exposição e abriu os debates.** A conselheira Arlete Moysés afirmou a necessidade de uma norma nacional aplicável aos municípios e estados detalhando competências e atribuições, e exemplificou com a situação dos municípios, dos quais apenas 30% estão obrigados a elaborar plano diretor. Outra questão seria a diferença institucional entre o Conama e o ConCidades, em que apenas o primeiro possui caráter deliberativo e suas resoluções às vezes invadem o espaço das Cidades. Mencionou, finalmente, que o PL 3057 tenta regularizar os condomínios fechados, os quais muitas vezes trazem para dentro deles áreas de preservação - que devem ter domínio público - utilizando-as como recurso para a valorização imobiliária. O segundo debatedor, conselheiro Ângelo Arruda, chamou a atenção para o fato do Ministro das Cidades estar presente em meio aos demais participantes da Reunião, assim como os Secretários. Ressaltou que o maior nó da discussão urbana brasileira é a questão ambiental, já que o Código Florestal não consegue resolver as questões das cidades. Afirmou que a maioria dos municípios não tem capacidade técnica nem legislativa para colocar em ação as determinações das leis ambientais. Mencionou que pobreza e sustentabilidade são contraditórias e as áreas ambientais são ocupadas pelas populações excluídas da cidade legal. Propôs a formalização de uma vinculação institucional entre o ConCidades e o Conama, a fim de, através desta união, encaminharem as teses compartilhadas. Com a palavra, o conselheiro Miguel Lobato relatou que em Belém, as restrições do Conama não impediram a emissão de licença ambiental para a construção de um shopping Center no centro histórico da cidade ou para o desmatamento em área próxima ao aeroporto. Por outro lado, para empreendimentos de unidades habitacionais populares a licença ambiental demora no mínimo dois anos. Lembrou ainda que as normas ambientais têm impedido a regularização de áreas urbanas na Amazônia e a solução do déficit habitacional. Propôs que haja um diálogo com o Ministério do Meio Ambiente e o Conama, encaminhando os interesses da população pobre. A palavra voltou ao expositor para a resposta aos debatedores. Assinalou que os três debatedores mencionaram a

necessidade de diálogo, e que foi justamente o diálogo com os movimentos sociais (ambientalistas, agricultura familiar, federações de agricultura) que permitiu reverter a situação desfavorável em que o Ministério do Meio Ambiente se encontrava nas discussões da revisão do Código Florestal no Congresso Nacional. Ressaltou que o Código Florestal deve ser consolidado como uma regra geral, de aplicação nacional, assim, mesmo que um município não possua equipe técnica ou plano diretor, a norma nacional constitui um parâmetro mínimo. O desafio é avançar na estruturação dos órgãos municipais para cumprir-se a aplicação correta. Ponderou, entretanto, que o Código deve respeitar as peculiaridades regionais. A implementação da Política Nacional do Meio Ambiente passa pela ação articulada de todos os entes federativos. O município que pretende ter autonomia para a gestão ambiental tem que se estruturar e ser objeto de controle social. O Secretário-Executivo deu sequência ao debate, chamando para o segundo bloco a conselheira Mércia Alves, que cobrou uma fala do Ministério das Cidades. Mencionou que a Coordenação Executiva, por causa dos desastres climáticos recentes, programou para o Tema de Conjuntura uma reflexão sobre como se dá o diálogo entre as ações de prevenção dispostas na Política Nacional de Defesa Civil e na Política Nacional de Mudanças Climáticas com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Considerou que o cenário de destruição esteve fora da discussão que estava em curso, já que não foi debatida a falta de articulação entre as políticas ambiental, de regularização fundiária e de desenvolvimento. Que no momento seria muito mais importante do que pensar em normas, fixar a efetivação do que foi proposto nos planos de emergência. A conselheira Regina fez referência à efetividade das deliberações do Conselho, constatando que na primeira gestão as resoluções eram publicadas em cerca de 30 dias, na segunda gestão passou para 70 dias e na terceira o prazo passou a demorar até 3 meses. Entendia que para a próxima gestão seria preciso um Conselho mais forte, implementando com mais agilidade o que fosse deliberado, e também que ampliasse o diálogo entre os demais Conselhos. Cobrou uma manifestação da Secretaria Nacional de Programas Urbanos sobre uma política nacional contra desastres climáticos, integrada com os Ministérios do Meio Ambiente, Defesa Civil e Ministérios Públicos Estaduais. O Secretário Nacional de Programas Urbanos Celso Carvalho declarou, em sua apresentação, que há parceria com o Ministério do Meio Ambiente em diversos campos, inclusive, há uma determinação de ambos os ministros para a construção conjunta de proposta para o substitutivo do governo ao Código Florestal. Mencionou que a degradação ambiental urbana é produzida por apropriação de áreas de interesse ambiental por forças economicamente privilegiadas, ou por processos mais amplos, resultantes da falta de moradia digna para a população pobre, aproximando, assim a pauta do direito à moradia à pauta ambientalista. Esta é a base do diálogo entre a Política de Desenvolvimento Urbano e o Ministério do Meio Ambiente, que já rendeu frutos como uma resolução do Conama dispondo de procedimento de licenciamento específico para o programa Minha Casa, Minha Vida. Na discussão sobre o Código Florestal, a SNPU reivindicou mais agilidade para a regularização e urbanização das ocupações de interesse social, tendo como base a Lei 11.977; é matéria de consenso o uso público de APPs como áreas de lazer. Quanto ao papel dos planos diretores, seria um avanço se tivessem um papel mais central. Lembrou que os movimentos sociais urbanos precisavam de um maior envolvimento na discussão do Código Florestal junto ao Congresso Nacional. Terminou reconhecendo que houve poucos avanços na pauta da prevenção de riscos urbanos, mas que a tendência é que o tema se transforme em política de estado, com ações incluídas no PAC 2. Em resposta, **João de Deus Medeiros reconheceu a importância da contribuição do Ministério das Cidades para auxiliar o Ministério do Meio Ambiente na Política Setorial do Meio Ambiente para o Espaço Urbano. Ressaltou que a maior contribuição que o Código pode gerar é o estabelecimento de uma regra geral nacional como modelo para os estados e municípios, assim como, a promoção de alternativas para o enfrentamento dos desafios frente às particularidades locais. Explicou, em seguida, que o caráter deliberativo do Conama foi conquistado com muita dificuldade e exige muito cuidado com o exercício das competências. Finalizou insistindo na ampliação do diálogo com os movimentos sociais**

urbanos para qualificar o debate do código no âmbito do Congresso Nacional. A conselheira Marli Carrara manifestou preocupação diante interferências que podem ser ocasionadas sobre o Estatuto da Cidade. O conselheiro Ângelo Arruda mencionou os efeitos da combinação entre os desastres climáticos e a urbanização irresponsável, e da necessidade de não confundir a ação da defesa civil com a do planejamento urbano. Marta Sinoti, da Secretaria Nacional de Saneamento, lembrou a cooperação entre os Conselhos das Cidades, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saúde durante a Conferência de Saúde Ambiental, quando discutiram a possibilidade de criar uma câmara técnica conjunta. O conselheiro Miguel Lobato propõe um diálogo permanente do Concidades com o Conama, uma pactuação política dos movimentos urbanos com o Ministério do Meio Ambiente em torno de seus interesses, já que têm em comum a perspectiva da importância do controle social. O sr. João de Deus Medeiros afirmou que o MMA tem abertura para buscar uma convergência, para discutir e rever as normas que poderiam estar causando problemas. Propõe, finalmente, que seja pensada a operacionalização do diálogo na construção do substitutivo do Código Florestal.

2. Balanço da 4ª CNC. O Secretário-Executivo convida Marta Sinoti, da Secretaria Nacional de Saneamento, para introduzir o relato da sistematização das propostas da 4ª Conferência Nacional das Cidades, descrevendo o trabalho realizado pela Comissão de Sistematização. A conselheira Mércia Alves acrescentou que o texto apresenta os resultados e os avanços e também faz um balanço das conferências anteriores. Disse que entendia que as resoluções aprovadas vão ser o guia da próxima gestão do Concidades. A conselheira Arlete Moysés procedeu à leitura do texto analítico. Aberto o debate, o conselheiro Ângelo Arruda sugeriu que a discussão fosse focada na síntese política apresentada pelo grupo, com a discussão de estratégia de implantação das propostas da Conferência. A conselheira Regina Ferreira notou que a Apresentação registrou uma regressão na participação do número de municípios na realização de conferências, devido à realização de conferências regionais, e que na 4ª Conferência, não houve eleição de delegados nestas conferências. Sugere que o documento contenha um esclarecimento sobre este ponto. Repara, em seguida, que a questão da participação e controle social ficou muito diluída no texto, ocultando a importância do tema, que na realidade foi muito forte na Conferência. Sugeriu a incorporação de um parágrafo enfatizando a verdadeira dimensão da matéria. O conselheiro Ângelo Arruda pediu que fossem feitas alterações, para facilitar a leitura do texto, introduzindo percentuais nos quadros e mapas assinalando a ocorrência das conferências. A conselheira Regina Ferreira pondera que o objetivo do texto é relatar o processo da 4ª Conferência, sem pretensões didáticas. O conselheiro Ângelo Arruda reclama um monitoramento, por parte do Concidades, sobre as resoluções aprovadas na Conferência, ressaltando a natureza deliberativa do Conselho, e também, seu diálogo com os conselhos estaduais. Mencionou, ainda, o problema que representam as emendas parlamentares descolada dos projetos de políticas públicas, quando não se consegue executar as ações demandadas nas Conferências. Insiste, portanto, seja aberta a possibilidade para o Concidades deliberar sobre alguns aspectos da política urbana. O conselheiro Miguel Lobato relatou que havia proposto, há algum tempo, a elaboração de um quadro comparativo entre os resultados conseguidos pelo Concidades e os dos demais Conselhos Nacionais. Garantiu que, apesar do decréscimo do número de municípios que realizaram conferências este ano, a qualidade foi muito melhor, porque o impedimento de serem eleitos delegados nas conferências regionais fez com que apenas os municípios realmente interessados em debater a política urbana organizassem conferências. Lembrou finalmente a pendência da construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, que deveria ser discutido em duas etapas: na primeira seria elaborada uma proposta por uma consultoria externa e em seguida seria feito o debate político dentro do Concidades. O debate do Sistema deve ser repassado para o próximo mandato do Concidades como a sua principal tarefa. A decisão de mandar ou não para o Congresso cabe ao Governo. O conselheiro Mário Viana solicita a correção da proposta que refere à assistência técnica gratuita aos estados e municípios; a correção foi acordada com a conselheira Arlete

**Moysés.** A conselheira Mércia Alves assinalou que a Conferência foi realizada num período muito difícil: Copa do Mundo e eleições, o que inviabilizou o conveniente acompanhamento do Concidades às conferências estaduais. Tal experiência deve ser levada em conta nas decisões sobre as próximas conferências. Lembrou a falta de diálogo entre a Coordenação Executiva da 4ª Conferência e o Conselho e indicou a possibilidade de que na próxima Conferência, o Conselho como um todo seja a Coordenação Executiva. Reclamou, em seguida que a ausência de representantes de outros ministérios significou pouca visibilidade política do desenvolvimento urbano. Sugeriu, portanto, que fosse registrada no campo dos desafios do Caderno a necessidade do Concidades se debruçar sobre o problema da fragilidade da atuação dos canais institucionais responsáveis pelas deliberações da política estadual urbana – os Conselhos Estaduais. Em seguida, o conselheiro Whelton de Freitas e a conselheira Julieta Abraão apresentaram dúvidas quanto à qualidade das conferências municipais e observaram a dificuldade que terão as bases municipais para acompanhar os resultados apresentados no Caderno, pela defasagem entre as linguagens. O conselheiro Alcir Matos concordou com as intervenções imediatamente anteriores, observando que mais importante do que a preocupação com os quantitativos, seria a atenção com o nível local e propôs iniciar a discussão de estratégias de intervenção efetiva do Concidades junto aos municípios. O conselheiro Nazareno Stanislaw aborda a necessidade de implantar um sistema integrado de políticas, a fim de que os investimentos não gerem necessidades de políticas corretivas, como aconteceu com a liberação do IPI da indústria automobilística. Alerta para a necessidade de o Concidades ser instituído por lei antes de discutir fundos. O Secretário-Executivo resgatou a discussão das emendas parlamentares, explicando que constituem uma prerrogativa do Congresso Nacional, sobre a qual não compete intromissão nem do Ministro, nem do Conselho. O conselheiro Iramar Cardoso reforçou a opção da realização das conferências municipais. Sugeriu o início da preparação da próxima conferência, alertando para os problemas político-partidários surgidos nas conferências estaduais, principalmente sobre a eleição de delegados. Afirmou que o desafio da integração de políticas tem um rebatimento na questão federativa, no reflexo da política nacional nas demais instâncias. O conselheiro Kelson Senra fez um histórico explicando que a setorialização das políticas foi conseqüência da opção de criar um Ministério que reunisse o conjunto de conhecimentos adquiridos no acúmulo histórico da luta política. Considerou que no momento atual, o Concidades deve se debruçar sobre os temas das regiões metropolitanas, da articulação do Programa Territórios da Cidadania com o desenvolvimento urbano e da articulação entre desenvolvimento urbano e regional – a construção de uma rede equilibrada de cidades. Convidou finalmente a uma reflexão sobre o amadurecimento da participação popular na formulação, condução e avaliação das políticas públicas, para separar a questão política da burocrática que envolve a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. **A conselheira Arlete Moysés explicou que a Apresentação do Caderno constava de uma análise das conquistas e desafios. Reconheceu que o Texto-Base da 4ª Conferência não foi propício para provocar o debate político nos municípios e estados, não possibilitava a discussão das situações mais próximas da realidade do povo. Avaliou, ainda, que o foco da luta do Concidades deve ser o conselho deliberativo, pois enquanto este não existir, será complicada a formulação do Sistema. Mencionou a predominância ideológica do municipalismo e que, portanto, o âmbito da atuação do Ministério das Cidades é intra-urbano. Contrariando o que afirmou a conselheira Mércia Alves, achava que a organização da conferência deveria continuar sendo tocada por uma comissão, frisando a necessidade de repensar as tarefas que devem ser executadas. A conselheira Marli Carrara afirmou que era contra trabalhar no lugar dos servidores do Ministério e que a tarefa da equipe executiva do Conselho é discutir política. Quanto às emendas parlamentares, lembrou a experiência, bem recebida, de enviar aos parlamentares um caderno indicando as linhas mestras trabalhadas no Ministério, para que fossem associadas às suas emendas. Ressaltou o aumento da base social do movimento urbano possibilitado pela participação de uma massa de pessoas,**

convivendo nas conferências. Concordou, também, com a retirada das conferências regionais, porque a política urbana é problema do município e tem que ser discutida no local. O conselheiro Laerte de Oliveira chamou a atenção para problemas organizacionais da 4ª Conferência, principalmente no que diz respeito ao processo de validação, pois se verificou que os municípios e estados fizeram um encaminhamento errado do processo. Recomendou que para a próxima conferência houvesse uma aproximação com as comissões de validação estaduais para evitar mal entendidos. O segundo aspecto que analisou esteve baseado na reclamação dos municípios sobre o hermetismo do Texto-Base, que prejudicou a discussão. A fim de favorecer o debate, pensou na possibilidade de uma sequência nas conferências, com a eleição de delegados em cada etapa: municipal>regional>estadual>nacional. A partir da validação, constatou o acerto da decisão sobre as regionais. O conselheiro Miguel Lobato, a fim de demonstrar que houve participação do Conselho no Minha Casa, Minha Vida, relatou o encontro dos segmentos do movimento popular com autoridade, quando foi negociada a inclusão na Lei 11.977 um aumento na quantidade de casas a serem construídas para as famílias que recebem de 3 a 5 salários mínimos; acrescentou que subsequentemente outros segmentos do Conselho também foram recebidos para também para discutir o programa. Comparando com o conselho do SUS, no qual o conselheiro militou também, a atuação do Concidades não fica a desejar. Nesse sentido, afirmou que este Conselho já deliberou sobre políticas importantes. A conselheira Regina Ferreira expôs uma dúvida quanto à proposta 25 do Eixo 3, “Os programas habitacionais e de saneamento ambiental deverão incluir nos seus planos de trabalho técnico-social, um eixo sobre a prevenção de violência doméstica, preferencialmente articulando-se com os programas oferecidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres que tratam desse tema.” aprovada no plenário da Conferência, que não foi encontrada no Caderno. A conselheira Arlete Moysés informou que não havia certeza absoluta, sobre se determinadas propostas haviam sido ou não votadas, e seria necessário rever a questão. A conselheira Regina Ferreira acrescentou que seria preciso também rever o que aconteceu com a proposta do Eixo quatro, item 4 NA [*Nota: a proposta aprovada consta como proposta 4 A no documento final da Plenária*]. A técnica da Secretaria Nacional de Saneamento, Marta Sinoti, explicou que foram apresentados substitutivos durante o debate e a proposta havia sido apresentada anteriormente e “caiu”. A conselheira Regina Ferreira lembrou que a proposta 4 N fora vencida e a 4 NA, na letra A, teria sido aprovada. Ela não tinha remissão à nenhuma outra, pois foi apresentada como uma de nova resolução por meio de assinaturas durante a Conferência. Ela designava ao governo federal que os indicadores urbanos e rurais precisam discriminar gênero e raça, o que sinalizava a possibilidade de políticas específicas. Declarou que foi aprovado em plenário, depois de muita discussão. Solicitou que fosse retomado o processo. O Secretário-Executivo informou que poderia ser conferido na degravação. A conselheira Regina Ferreira recomendou a publicação das resoluções da Conferência antes do final do mandato, para serem distribuídas nos estados e municípios. Recuperou outras intervenções manifestando que as resoluções serão os desafios do próximo mandato do Conselho e solicitou que fosse retomado o debate na próxima reunião. Lembrou, finalmente, a urgência da regulamentação do Concidades através de lei. O Secretário-Executivo informou que depois de aprovado o texto vai para a gráfica, para ser distribuído em seguida. Afirmou que é necessário um texto enxuto para o projeto de lei do Conselho e que mesmo ele não tendo caráter deliberativo a sua densidade política faz mais diferença do que outros conselhos deliberativos. O conselheiro Jurandir Guatassara lembrou que o Conselho vai enfrentar uma transição e prosseguiu o balanço da conferência. Concordou que a responsabilidade do Conselho se limita a pensar na política e não questões organizacionais. Julgou que as resoluções aprovadas acrescentaram pouco às das conferências anteriores, significando que já há certa consolidação de políticas relevantes e que precisam entrar em prática. Afirmou a oportunidade do calendário da 4ª Conferência, em função da transição que se

avizinha, trazendo a necessidade de estruturação das idéias sobre os sistemas, programas e cuidados que devem ser transmitidos para influenciar no programa que vai ser implantado. Isto é importante para interromper os ciclos repetitivos da falta de resultados. Reclamou a falta de protagonismo no processo de construção da política e do sistema nacional de desenvolvimento urbano – escrever como os queremos e transformá-los. O conselheiro Ronaldo Resende discordou do texto do Caderno, tachando de reducionista a afirmação de que a Lei do Saneamento foi resultado de discussão e encaminhamento do Concidades, encobrendo a participação por muitos anos no debate de diversas organizações interessadas. Revelou que a regulamentação por decreto mostrou um enfraquecimento, pois a lei já tinha sido produto de um acordo entre as entidades. O conselheiro Ângelo Arruda concordou com as intervenções protestando contra a abrangência das tarefas abraçadas pelo Conselho e descurando do protagonismo político. A conselheira Mércia Alves replicou que o problema foi gerado pela falta de cumprimento das obrigações assumidas pela empresa organizadora. O conselheiro Ângelo Arruda continuou, afirmando que a sociedade civil produziu as teses da Conferência e que caberia ao governo cumprir as resoluções. Não é possível ao Conselho, responsabilizar-se pela execução e sim, encaminhar o debate e fazer o campo político da intermediação junto aos parlamentares.

3. Relato dos Comitês Técnicos. O Secretário-Executivo explicou que a resolução do Planhab, aprovada na 24ª Reunião do Conselho não havia sido publicada por causa do Anexo, para o qual a Imprensa Oficial cobraria um valor altíssimo por sua publicação. Apresentou ao plenário a proposta de publicar o principal, mantendo o conteúdo do Planhab no anexo. A seguir relatou solicitação da Caixa Econômica Federal para apresentar o Selo Casa Azul na próxima reunião do Conselho. A seguir abriu discussão sobre a redação das atas das reuniões do Conselho. A conselheira Arlete Moysés informou que o seu nome foi escrito errado. A conselheira Mércia Alves observou que as atas e relatos das reuniões precisam traduzir o debate e não apenas trazer elementos das discussões. Solicitou a revisão da ata da reunião de maio, lembrando dos anexos dos documentos. Lembrou a importância da ata, por ela ser a memória do Conselho. A conselheira Regina Ferreira comparou o relato do Comitê de Saneamento com o que foi registrado na ata daquela mesma reunião e sentiu falta de vários elementos. O Secretário-Executivo perguntou e o Plenário aprovou o restabelecimento da degravação da 24ª Reunião e submetida na próxima reunião. A diretora do **Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Habitação**, Júnia Santa Rosa lembrou que os conselheiros do CTH solicitaram mais tempo para as discussões nos comitês. Informou inicialmente que 31 de dezembro é o prazo final para a entrega dos planos do SNHIS. Relatou a situação crítica da maioria dos municípios que têm contratos, mas ainda não deram início, sequer, à contratação de consultoria. Dos que estão em andamento, há problemas de qualidade, tipo “corte e cola”, que demandam uma gestão junto às consultorias na questão da qualificação dos agentes. Relatou, ainda, que se discutiu sobre a definição dos papéis dos técnicos da Caixa, do Ministério e mesmo das consultorias – substituindo os municípios. Para esses problemas, foi sugerida a realização de uma nova campanha de capacitação para apoiar a elaboração e análise dos planos. Nesse sentido, sugeriu-se também a avaliação de planos voltados para o Minha Casa, Minha Vida e urbanização de favelas, nos moldes do que foi feito na SNPU em relação aos planos diretores. Ressaltou que na opinião dos conselheiros esses planos deveriam se tornar lei, assim como o FNHIS e o seu Conselho Gestor, daí resultando uma resolução do CTH. Finalizando a questão dos consultores, mencionaram-se os novos empreendimentos em saneamento e em mobilidade que estão por vir, o que demanda uma articulação interna. Quanto ao programa Minha Casa Minha Vida, já foram alcançados quase 80% das contratações, a maioria na faixa de 0 a 3 salários mínimos, seguida pela de 3 a 6 salários mínimos. Informou que, a fim de colocar em ordem o programa, estão sendo emitidos um conjunto de regras para os municípios e empreendedores. Também foram feitos workshops para discutir os impactos urbanos e as tipologias, voltados para grandes empreendimentos, e um trabalho no sentido de produzir instrumentos de monitoramento e avaliações para serem utilizados junto com a equipe da Caixa, tendo em vista as primeiras

entregas que se aproximam a partir do ano que vem. Informou que o Plano Nacional de Habitação está concluído e vai ser distribuído e discutido na última reunião do ano, já que vai sofrer a primeira revisão em 2011. Avisou, finalmente, que foi solicitada uma reunião extraordinária do CTH, com caráter de seminário, para discutir, entre outros, o programa Minha Casa, Minha Vida 2 e os planos locais. Em seguida, o diretor do **Departamento de Planejamento Urbano, Daniel Montandon, iniciou o relato da reunião do Comitê Técnico do Planejamento e Gestão do Solo Urbano, trazendo os resultados da implementação da Lei de Regularização Fundiária na Amazônia, por meio do programa Terra Legal, executado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que implementa essa Lei. Foram transferidas 46 áreas num universo de 23 municípios. É exigência da Lei que os municípios façam a regularização fundiária em favor dos ocupantes nas áreas urbanas consolidadas, e também, têm a prerrogativa de pleitear áreas de expansão urbana, na condição de que apresentem um plano de ordenamento territorial da área. A fim de acompanhar o processo foi instituído o Grupo Executivo Intergovernamental com membros dos estados da Amazônia Legal, e representantes do Concidades - titular e suplente. Foram indicados os conselheiros Edna Castro e Miguel Lobato. Como a primeira não está mais no Conselho, sugeriu-se que o conselheiro Miguel Lobato passasse para a titularidade e que fosse escolhido outro suplente. Sobre o GT Conflitos Fundiários Urbanos, discutiu-se a sua continuidade, e na análise das suas atribuições e metas, verificou-se que ainda existiam vários pontos que não foram avançados. Relatou que foi realizada uma oficina da Rede Nacional de Avaliação dos Planos Diretores para o debate dos seus resultados. O evento trouxe muitos subsídios para a Coordenação avançar numa síntese, que deverá ser divulgada num livro. A idéia principal é elencar uma pauta dos principais pontos a serem trabalhadas sobre esse tema no próximo mandato do Conselho. Informou que na próxima reunião seria trazida uma equipe do IPPUR para o fechamento da síntese junto com os conselheiros. Declarou, finalmente, que a SNPU construiu uma base de dados com um acervo de cerca de 600 leis de planos diretores. A conselheira Arlete Moysés sugeriu que a escolha do substituto de Edna Castro no Grupo Executivo Intergovernamental deveria ser proposta pelos segmentos e votados posteriormente. O conselheiro Ângelo Arruda ressaltou o porte do trabalho produzido pela Rede Nacional de Avaliação dos Planos Diretores e conclamou para que o material fosse liberado para subsidiar o conjunto dos demais profissionais envolvidos nos projetos municipais de saneamento, habitação e mobilidade. Observou que analisando os dados, concluiu que não existe acesso à terra nos municípios de pequeno porte. Isso é importante para orientar os debates políticos dos movimentos de moradia. A diretora do Departamento de Articulação Institucional, Viviana Simão relatou que o atraso na elaboração do PLANSAB foi devido à recente publicação da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, já que antes disso o trabalho estava todo baseado em dados da PNSB anterior, do ano 2000. No momento o trabalho está sendo finalizado pela UFMG, UFBA e UFRJ, com expectativa para o término em novembro. A diretora observou o CTS protestou por não ter conhecido previamente as versões do PLANSAB e que solicitou a reorganização do Comitê e do GT PLANSAB para discutirem a versão atual, na forma em que se encontra. Revelou que manifestaram contrariedade pela pelo PLANSAB não estar finalizado ainda no governo Lula, com a sua publicação final por meio de decreto. Relatou em seguida as contradições que envolvem o Decreto de Saneamento, no que diz respeito ao prazo final de 2014 para os municípios apresentarem planos de saneamento, sem o quê, perderão os recursos. Não há consenso sobre a capacidade técnica dos municípios para elaborar bons planos. A diretora declarou que os relatos da SNH e SNPU reforçam o temor pelo planejamento “corte e cola”. Relacionou, finalmente, os encaminhamentos em relação ao PLANSAB: disponibilização da versão preliminar em 8 de novembro; reunião extraordinária para discussão da versão preliminar em 17 de novembro; finalização da versão final, que irá para consulta pública em 31 de novembro; audiência conjunta com a reunião do**

Concidades em dezembro. As datas poderiam ser repactuadas em 17 de dezembro. A conselheira Regina Ferreira respondeu que o descontentamento dos conselheiros foi causado pelo descumprimento do encaminhamento da reunião de maio de no dia seguinte divulgar aos conselheiros a versão preliminar do PLANSAB, e o mesmo ocorreu em relação ao cronograma. Também não houve avanço nos outros pontos do Comitê porque o processo ficou entravado em torno do PLANSAB, fundamental para a orientação dos investimentos do PAC. Lembrou que o GT PLANSAB foi criado há quatro anos e não se conseguiu elaborar um plano de saneamento básico. Em seguida o conselheiro Ângelo manifestou que a discussão em audiência pública do PLANSAB não deveria ocorrer junto com a reunião do Conselho, já que esta deveria ter o PLANSAB como tema central e assim, anteceder a Reunião. A conselheira Cláudia Ribeiro lembrou que a Lei e o Decreto do Saneamento foram frutos de muita luta, que os prazos não têm sido cumpridos. Compreendia que o PLANSAB não poderia ser elaborado com dados defasados, mas não acreditava que esta fosse a razão dos atrasos. Alertou o Conselho de que a obrigatoriedade de cumprimento dos planos de saneamento somente a partir de 2014 vai impactar os planos de habitação nos pequenos municípios e desamparar a população. O atraso do PLANSAB reforça o problema. Em seguida o conselheiro Miguel Lobato manifestou que a orientação dada ao Plano pela SNSA não é correta, pois enquanto este não for finalizado, não é possível cobrar os planos aos estados e municípios. Afirmou não concordar que por motivos político-ideológicos uma minoria possa frustrar a vontade da maioria do Conselho, como aconteceu no processo do decreto. Por isso, disse entender que a proposta de seminário do GT e do cronograma do PLANSAB deveria ser deliberada como resolução do Conselho. Daniel Montandon solicitou a palavra para Cristiane Benedetto, Coordenadora Geral de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria do Patrimônio da União. Esta solicitou apoio à ação do órgão, que articulado com o Ministério do Meio Ambiente, conduz a regularização fundiária da Comunidade do Horto no Rio de Janeiro, face aos ataques que vem sofrendo sistematicamente pelo jornal O Globo. O conselheiro Laerte Oliveira foi chamado para apresentar o relato do Comitê Técnico de Mobilização Urbana. Relatou que o Comitê solicitou uma reunião extraordinária com a seguinte pauta: avaliação das ações da Secretaria; tratar das gestões junto ao Senado Federal sobre o PL da Mobilidade Urbana; o programa Bicicleta Brasil e as atividades do dia Na Cidade sem o meu Carro e, por fim, acompanhar as pendências sobre a acessibilidade, cujo prazo de adequação dos municípios e estados deve vencer em 2014. Continuou relatando a apresentação feita pela Semob do PAC da Copa de 2014, que terá uma verba para investimentos, de 8 bilhões de reais. O Comitê solicitou que essa apresentação fosse encaminhada ao Conselho, para permitir o controle social das ações nos doze estados-sede da Copa. O conselheiro comunicou que estaria sendo preparada, no dia seguinte, uma resolução sobre o PAC da Copa. O Secretário-Executivo esclareceu que se o Comitê resolve apresentar uma resolução cujo mérito foi aprovado na reunião, ela pode se apresentada ao Plenário, do contrário, não tem resolução avulsa. Ela tem que ser de autoria do Comitê, mas se foi discutida e adotada como do Comitê, não haveria problema. O conselheiro Nazareno Stanislaw explicou que a proposta constitui um GT, que se fixe, tanto na proteção contra os despejos como no legado da Copa, os projetos de mobilidade integrados aos programas de habitação, saneamento e acessibilidade. O sentido é da agenda positiva, por um lado garantindo direitos dos moradores e de outro, construindo cidades sustentáveis. O conselheiro Laerte Oliveira continuou o relato da reunião do Comitê, comunicando que o projeto do PAC da Copa apresentado ao Comitê de Mobilidade seria encaminhado por email a todos os conselheiros. Informou que O PAC 2 – de pavimentação urbana, tem destinação de dois bilhões e o PAC da Mobilidade Urbana tem previstos 18 bilhões. A Semob estaria desenvolvendo os critérios para a aprovação dos projetos. A conselheira Gorete Nogueira pediu a atenção do Conselho ao problema sério em Fortaleza com desapropriações e remoções de muitas famílias e ressaltou a necessidade de muita pressa

para a reação. O Secretário-Geral comentou que o excesso de GTs sacrifica os conselheiros e diante da perspectiva da discussão, no dia seguinte, sobre a continuidade dos GTs, o novo GT reivindicado pelo Comitê de Mobilidade poderia ser o próprio GT PAC. Lembrou que o GT Conflitos pode tratar das ocupações. O conselheiro Miguel Lobato reforçou a opinião manifestada pelo Secretário-Geral, ressaltando que o GT Conflitos foi pensado em função do impacto das grandes obras. O Secretário-Geral assinalou que o traçado dos projetos de mobilidade é competência das prefeituras, logo a pactuação com a sociedade civil no âmbito local não caberia ao Conselho Nacional. A conselheira Arlete Moysés lembrou resoluções aprovadas na 4ª Conferência, relativas aos cuidados com o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, em vista dos grandes projetos urbanos para a Copa e as Olimpíadas. Portanto, o Conselho, sim, teria uma missão a cumprir. O conselheiro Nazareno Stanislau esclareceu que a posição favorável ao novo GT, centralizando politicamente a questão e atuando como eixo condutor, decorre do cuidado com os investimentos em transportes financiados pelo governo federal.

4. Resultados das discussões sobre os GTs. O Secretário-Executivo abriu a seção com a leitura de um ofício da Associação dos Geógrafos Brasileiros “Considerando que ao Ministério e ao Conselho das Cidades, considerando que a Associação dos Geógrafos Brasileiros compõe o Conselho das Cidades no segmento de Entidades Acadêmicas, Profissionais e de Pesquisa, a Diretoria Executiva Nacional da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, encaminha, de acordo com moção aprovada na Assembléia do 16º Encontro de Geógrafos realizado em Porto Alegre de 25 a 31 de julho de 2010, o pedido para que o Conselho das Cidades e o Ministério das Cidades enviem para o Ministério da Educação e Cultura – MEC, solicitação para que as universidades públicas promovam iniciativas que favoreçam a formação continuada de conselheiros dos conselhos municipais, estaduais e nacional, visando à reflexão dos temas pertinentes à questão urbana. Tal pedido calca-se na necessidade de que a comunidade em geral e, em especial, os estudantes de geografia possam ter consciência crítica sobre a política urbana. Esclarecemos que a AGB encaminhará a mesma solicitação ao Ministério da Educação e universidades públicas que contem com o curso de geografia. Atenciosamente Nelson Rego, Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Diretoria Executiva Nacional.” O Secretário-Executivo comentou que a Universidade Federal de Minas Gerais já tem um convênio com a Secretaria Geral da Presidência da República de formação continuada de conselheiros. Em seguida, explicou a problemática dos GTs e a necessidade de debater a condução dos GTs para dar eficácia ao processo e repensar a produção do Conselho. Assinalou que o ano em curso foi atípico, com poucas reuniões realizadas, por causa da organização da 4ª Conferência e das eleições. Mencionou como exceções os GTs Conflitos, PLANSAB E PLANHAB. Sugeriu que os Comitês poderiam ter subcomitês setoriais que se ocupassem de questões que não seriam mais abrangidas por GTs. A conselheira Arlete concordou com a idéia de subcomitês. Observou, entretanto, algumas dificuldades, que aconselhariam, em certos casos, subcomitês “múltiplos”, ou seja, com representação de todos os outros. O conselheiro Marco Antônio Alves lembrou que o aumento do tempo para as reuniões dos comitês permitiria um aprofundamento de questões e assim, poderiam ser dispensados alguns GTs. O Secretário-Executivo apresentou o quadro analítico dos GTs para as decisões sobre a sua continuidade. (Anexo). Citou o GT Acompanhamento da 1ª Conferência Nacional da Saúde Ambiental, com recomendação de encerramento, ressalvando a realização de seminários regionais. O Secretário-Executivo citou o GT Agenda e Resolução nº 9, que já foi concluído. A conselheira Arlete Moysés sugeriu que a tarefa do GT do PL 3057 passasse para o Comitê Técnico de Planejamento e Solo Urbano. O Secretário-Executivo considerou que não terminou a tarefa do GT Conflitos Fundiários, que deverá continuar. A Coordenação da 4ª Conferência estará extinta no momento em que o relatório da conferência for publicado. Os GT do Fórum Urbano Mundial e da Lei do Saneamento já cumpriram suas tarefas. O GT da Moradia Social não cumpriu ainda sua tarefa. , e, portanto terá continuidade. Para o GT do Orçamento deve ser estabelecida uma nova metodologia por meio de oficinas de metodologia de acompanhamento do orçamento e do PAC. O conselheiro Nonato perguntou por que não há

um orçamento do Concidades. O Secretário-Executivo explicou que outros conselhos têm orçamento próprio, mas o das cidades, não. O GT do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano para alguns conselheiros já foi suficientemente discutido e outros acham que a matéria ainda não está ainda amadurecida. A conselheira Arlete Moysés afirmou que focar o debate apenas em torno da institucionalização e da elaboração do PL inibe o debate político. A discussão deve ser em torno do sistema de conferências e dos conselhos. Concorda que o GT precisa ser redimensionado. O conselheiro Iramar Cardoso pediu um prazo final para o GT apresentar uma proposta, e sugeriu seis meses – abril de 2011. O Secretário-Executivo assinala que deve haver um produto final do GT Sistema, coincidindo com a época provável em que será realizada a segunda reunião anual do Conselho, conforme decisão do Plenário. Em seguida lembrou que para o GT PLANSAB já existe um calendário definido no CTSA para a questão. O diretor do **Departamento de Planejamento Urbano, Daniel Montandon relatou o status do GT Rede do Plano Diretor, informando que o grupo finaliza o projeto até o fim do ano. Quanto ao GT da Resolução 22, o trabalho técnico passou a ser realizado na SNPU e será submetido ao Comitê. O GT não tem sentido, podendo perfeitamente o tema ser trabalhado no Comitê. O Secretário-Executivo reintroduziu, a propósito do GT PLANHAB, que já foi concluído, a questão da Resolução nº 85. Pediu a concordância do Plenário para o raciocínio de que o anexo contendo o Plano é uma publicação oficial do ministério, sendo assim dispensada a sua publicação no Diário Oficial, restando apenas publicar a Resolução. Júlia Lins, técnica da Secretaria Nacional de Habitação, explicou que o GT Assistência Técnica nunca chegou a se concretizar. A sugestão, acatada pelo Plenário foi a transferência das atividades para o CTH. Carolina Bayma, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, expôs que o GT INSS tem sido bastante efetivo, embora não seja formalmente instituído, e aconselhou a sua continuação até finalizar a destinação de todos os imóveis. Finalizando, o Secretário-Executivo declarou que iria levar à Coordenação Executiva do Conselho a proposta de aumentar o tempo das reuniões dos Comitês.**

5. Deliberação das Resoluções. O Secretário-Executivo anunciou a presença de Néelson Teixeira, da Secretaria Nacional de Habitação para expor sobre a renovação do mandato do Conselho Gestor do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social. Néelson Teixeira explicou o mecanismo da participação no Conselho do FNHIS, e que a Resolução Normativa nº 8, que respaldava o mandato dos membros do Conselho perdeu a validade em 1º de agosto de 2010, precisando assim, uma nova resolução do Conselho das Cidades para a indicação das entidades participantes. Esclareceu que a vedação da recondução de entidades para um novo mandato deriva da Resolução Normativa nº 8 de 2008, e, portanto, uma nova resolução poderia alterar esta determinação. Já o mesmo não ocorre em relação à recondução do conselheiro como pessoa física, por força do Decreto 5796/2006, que estabelece uma interrupção, pelo menos, por um mandato. O conselheiro Jair Ferreira justificou a necessidade de retirar a trava de recondução de entidades por mais de dois anos consecutivos porque em alguns segmentos poucas entidades filiadas têm perfil adequado para a gestão do FNHIS. O Secretário-Executivo colocou a matéria em votação, que foi aprovada pelo Plenário, garantindo, assim, o mandato de dois anos e a recondução da entidade. Néelson Teixeira ressaltou que a SNH e a Seconcid fariam a adequação da redação, inclusive inserindo a dispensa da consulta às entidades que permanecerem no CGFNHIS. A conselheira Evaniza Rodrigues reivindicou 25% dos assentos para o movimento popular, tendo em vista que esta proporção é praticada nas instâncias estadual e municipal do CGFNHIS, mas na federal a representação é de apenas 18%. Para tanto, propôs o acréscimo de mais quatro representantes para os movimentos. O conselheiro André Guimarães pediu que nesta proposta de alteração fossem incluídas quatro vagas para os segmentos do poder público, que atualmente não têm direito a voto no Conselho, atuando apenas na qualidade de convidados. O secretário-executivo explicou que haverá um desmembramento da resolução para incluir o acréscimo de vagas para os movimentos populares e o poder público municipal e estadual, o que conforme Néelson Teixeira tem que ser por meio de alteração do Decreto 5796/2006. Em seguida, solicitou para a conselheira Evaniza ler a

minuta da segunda resolução normativa para colocá-la em votação, recebendo aprovação unânime do Plenário. O conselheiro Manoel Wanderley manifestou que havia uma proposta prévia de prorrogação do Conselho até dezembro de 2011, devido à transição de governo. A conselheira Evaniza Rodrigues explicou que a prorrogação, para aguardar a revisão do Decreto 5796/2006, não seria desejável, porque há incertezas sobre o prazo para a consumação da mudança. Ao mesmo tempo, sabe-se que será retomada a discussão com os novos conselheiros que vierem no próximo mandato. O Secretário-Executivo colocou em pauta proposta do Comitê de Habitação que recomenda que o repasse de recursos oriundos de programas habitacionais sejam destinados apenas a estados e municípios que tenham aprovado e instituído o CGFNHIS e aprovado o Plano de Habitação e Interesse Social. Após a leitura, apresentou objeção ao texto, mencionando que mesmo no plano nacional alguns instrumentos normativos citados ainda não estão finalizados. A conselheira Marli Carrara assinalou que o impedimento de acesso aos recursos pelos municípios deveria ter o foco na solicitação dos recursos e não no repasse por parte do governo. O conselheiro Marco Antônio Alves lembra que o importante é a sintonia entre os planos setoriais locais e os planos nacionais articuladamente. Explica que a intenção do CTH ao propor a resolução foi estimular a obediência aos planos de qualidade. O conselheiro Ênio Nonato de Oliveira informou que em última instância, o que se pretende é a criação de uma política nacional, valorizando o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em contraposição às iniciativas fragmentadas. A secretária Inês Magalhães contestou a necessidade dos planos serem aprovados pelas Câmaras Municipais, tendo em vista o risco de atrasos, que recaem sobre a sociedade. Sugeriu-se então, que os planos fossem apenas encaminhados ao legislativo para conhecimento. Em seguida o Secretário-Executivo leu a minuta de resolução de acompanhamento da regularização fundiária da comunidade do Horto. Após a exposição do caso por **Cristiane Benedetto, Coordenadora Geral de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria do Patrimônio da União** a resolução foi considerada aprovada, sem oposição. O Secretário-Executivo lembrou que a Resolução sobre a indicação do segundo membro do **Grupo Executivo Intergovernamental para acompanhamento da regularização fundiária das terras do INCRA na Amazônia** poderia ser apresentada na próxima reunião do Conselho. Colocou, depois, em discussão, a resolução que institui GT de monitoramento das intervenções da Copa e Olimpíadas, propondo que este monitoramento recaia apenas sobre as intervenções supervisionadas pelo Ministério das Cidades. Após as alterações deliberadas pelo Plenário, incluindo aí a composição do GT, sem que houvesse manifestações em contrário, a proposta foi aprovada. Leu a proposta seguinte, de resolução estabelecendo orientações relativas ao monitoramento das ações de destinação de terras da União aos Municípios da Amazônia. Foi aprovada sem alterações. Foi apresentada, a seguir, proposta recomendando que o Ministério das Cidades realizasse consulta pública para discutir a versão preliminar do PLANSAB durante a 27ª Reunião do Conselho das Cidades. O Secretário-Executivo solicitou substituir a resolução pelo encaminhamento da proposta à Coordenação Executiva como pauta da próxima reunião do Conselho. Foi lembrado que ainda faltava a proposta relativa à constituição de uma Comissão Interministerial - Despejo Zero. O Secretário-Executivo questionou se a matéria foi formalmente discutida e deliberada nos Comitês. Daniel Montandon ofereceu a alternativa de uma avaliação da proposta na reunião do GT Conflitos, numa perspectiva de aumentar o escopo e a composição do GT, acolhendo membros dos demais comitês. Concordou em convidar um representante de cada Secretaria para acompanhar o tema. O Secretário-Executivo comprometeu-se a tratar do assunto na reunião da Coordenação Executiva. A Secretária do Patrimônio da União, Alexandra Reschke, reforçou a convocação do GT Conflitos. O Secretário-Executivo afirmou que o GT Conflitos é quase uma comissão interministerial, porque é intergovernamental e tem até outros poderes envolvidos. Dessa forma, poderia se chegar à proposta inicial de comissão interministerial. Deu por encerrada a discussão e agradeceu aos presentes.